

RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.037 - MS (2019/0021613-3)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RECORRIDO : FELIPE FULIOTTO PERES
RECORRIDO : AMÉLIA FULIOTTO PERES
RECORRIDO : BARTOLOMEU FULIOTO PERES
RECORRIDO : ELMO FULIOTTO PERES
RECORRIDO : ROSEMARY FULIOTTO PERES
RECORRIDO : MEIRE MADALENA FULIOTTO PERES BRAGHETO
ADVOGADO : JANINE ELZA FERREIRA CORREA PERES E OUTRO(S) - MS016861

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MP/MS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. USO DE FOGO SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA AUTORIDADE COMPETENTE. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REQUISITOS. CONFIGURAÇÃO. REFORMA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (MP/MS) ajuizou ação Civil Pública com pedido liminar em face de FELIPE FULIOTTO PERES, AMÉLIA FULIOTTO PERES, ELMO FULIOTTO PERES, ROSEMARY FULIOTTO PERES, BARTOLOMEU FULIOTTO PERES E MEIRE MADALENA FULIOTTO PERES (FELIPE e outros), alegando, em síntese, que restou apurado, através dos documentos provenientes do Inquérito Civil nº 007/2017, que os requeridos procederam à queima de vegetação nativa disposta em leiras na propriedade denominada "Fazenda Pérola", localizada em Tacuru/MS, em desacordo com a legislação vigente, tornando-se imperiosa a concessão da liminar, tendo em vista que o aguardo pelo deslinde do feito poderá ocasionar danos ambientais irreparáveis.

O pedido liminar foi deferido pelo Juízo singular, que condenou os requeridos na obrigação de não fazer consistente em não realizar o uso de fogo sem autorização prévia da autoridade competente, fixando multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o caso de descumprimento da obrigação, limitada inicialmente a R\$

50.000,00 (cinquenta mil reais), bem como deferiu a inversão do ônus da prova (art. 6º, VIII, da Lei nº 8.078/90 c/c art. 21 da Lei nº 7.347/95).

Contra tal decisão, FELIPE e outros interpuseram agravo de instrumento, que foi parcialmente provido pela 5ª Câmara do Terminal *a quo*, nos termos do acórdão a seguir ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER - USO DE FOGO SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA AUTORIDADE COMPETENTE - AUTO DE INFRAÇÃO - LAUDO DE CONSTATAÇÃO - AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA RETIRADA DE ÁRVORES ESPARSAS SEM A PERMISSÃO QUE O MATERIAL LENHOSO SEJA QUEIMADO - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

O simples fato de, em 2018, a área não se encontrar na mesma situação que a um ano atrás não é suficiente para desqualificar o auto de infração e o laudo de constatação elaborados por policiais militares ambientais, com a presença do representante dos proprietários, no qual se constatou que estes possuíam a autorização ambiental para a retirada de árvores esparsas, não sendo permitido, entretanto, que o material lenhoso fosse queimado.

A inversão do ônus da prova não é automática e depende, pois, da análise do caso concreto, da antiga "verossimilhança" das razões invocadas (atualmente "probabilidade do direito invocado").

A prova a produzir nos autos principais poderá ser obtida por meio de perícia técnica ou até mesmo por testemunhas, para aferição da ocorrência do dano e qual sua extensão. Não se trata de prova de difícil produção, sabendo-se que o Ministério Público, autor da ação, é isento de seu custeio. Não se verifica, assim, dificuldade técnica ou econômica a obstar a comprovação das alegações do Ministério Público e ensejar a inversão do ônus da prova.

No que diz respeito à multa aplicada em caso de descumprimento da ordem, venho me filiando ao posicionamento do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria, entendendo plenamente cabível o arbitramento de multa cominatória, para compelir o Ente Público ao cumprimento da determinação o judicial, como no presente caso (e-STJ, fl. 245/246).

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 230/234).

Irresignado, o MP/MS interpôs recurso especial, fundamentado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, alegando violação dos arts. 6º, VIII, da Lei 8.078/1990 e 21 da Lei 7.347/1985.

Sustentou, em suma, que (1) o instituto da inversão do ônus da prova se justifica diante da incumbência do empreendedor da atividade poluidora de demonstrar a regularidade da situação jurídico-ambiental do empreendimento de acordo com a legislação em vigor; (2) os princípios da prevenção, da precaução e do poluidor-pagador transferem os riscos da atividade para o responsável, direto ou indireto, nos termos da teorias objetiva e do risco integral.

Após apresentadas as contrarrazões, o recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 258/269).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC .

Da inversão do ônus da prova

Quanto à alegação de que deve ser imputado aos recorridos o ônus da prova na ação civil pública, a Corte de origem, analisando o conjunto fático-probatório dos autos, entendeu pela ausência de caracterização dos requisitos autorizadores, o fazendo nos termos das seguintes razões:

[...]

Vale destacar que, em regra, é possível a inversão do ônus da prova na ação civil pública, principalmente quando se cuide de defesa do meio ambiente. A doutrina e jurisprudência admitem ser possível essa inversão para assegurar a efetividade da proteção ao meio ambiente, em razão dos princípios da prevenção e da precaução que regem o tema.

Consoante lição do Ministro Herman Benjamin, no Recurso Especial n. 883.656, o regime geral, ou comum, de distribuição da carga probatória assenta-se no Código de Processo Civil (antigo artigo 333, atual artigo 373). Trata-se de modelo abstrato, apriorístico e estático, mas não absoluto, que, por isso mesmo, sofre abrandamento pelo próprio legislador, sob o influxo do ônus

dinâmico da prova, com o duplo objetivo de corrigir eventuais iniquidades práticas e instituir um ambiente ético- processual virtuoso, em cumprimento ao espírito e letra da Constituição de 1988 e das máximas do Estado Social de Direito.

[...]

No Direito Ambiental brasileiro, a inversão do ônus da prova é de ordem substantiva e ope legis, direta ou indireta (que se amolda a alguns casos, como por exemplo, quando se aplica o princípio da precaução), como também de cunho estritamente processual e ope judicis (hipossuficiência da vítima, verossimilhança da alegação ou outras hipóteses inseridas nos poderes genéricos do juiz, emanção natural do seu ofício de condutor e administrador do processo).

Desse modo, a conclusão a que se chega é a de que a inversão do ônus da prova não é automática e depende, pois, da análise do caso concreto, da antiga "verossimilhança" das razões invocadas (atualmente "probabilidade do direito invocado").

Aliás, pela teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, este será atribuído a quem tem melhores condições de fazê-lo, não importando se a matéria envolve relação de consumo, pois se trata de regra de Direito Processual Civil.

O CPC/2015 prevê expressamente a distribuição dinâmica do ônus da prova (§ 1º, art. 373).

Assim, a atribuição dos ônus da prova será efetivada em cada caso, observadas as peculiaridades de cada feito.

No caso dos autos, a inversão do ônus da prova pretendida pelo Ministério Público não decorre automaticamente da natureza da ação, pois diversamente da ação de reparação civil por danos ambientais decorrente de atividade perigosa, na qual se admite a presunção iuris tantum de veracidade e a inversão automática do ônus da prova, este caso se trata de condenação à obrigação de fazer, apresentando e executando Projeto de Recuperação de Área Degradada e Alterada - PRADA junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente/IMASUL, especialmente restaurando as condições primitivas da vegetação da área de 41,80 hectares na Fazenda Pérola.

Deveras, também não é o caso de aplicar o princípio da precaução para o qual também se admite a inversão do ônus da prova de forma praticamente automática, uma vez que, como cediço, o princípio de precaução incide em demandas ambientais em casos de incerteza científica, o que não ocorre na presente hipótese.

[...].

Assim, a prova a produzir nos autos poderá ser obtida por meio de perícia técnica ou até mesmo por testemunhas, para aferição da ocorrência do dano e qual sua extensão. Não se trata de prova de difícil produção, sabendo-se que o Ministério Público, autor da ação, é isento de seu custeio. Não se verifica, assim,

difficuldade técnica ou econômica a obstar a comprovação das alegações do Ministério Público e ensejar a inversão do ônus da prova (e-STJ, fls. 193/195).

Assim, ultrapassar a conclusão a que chegou o eg. Tribunal *a quo*, demandaria nova incursão no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, pois vedado pela Súmula Nº 7 desta Corte: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial*.

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO DEMANDADO. 1. O juízo negativo de admissibilidade veiculado na origem não vincula esta Corte Superior por se submeter ao duplo controle. Precedentes.

2. A pretensão recursal encontra óbice no enunciado da Súmula 7 desta Corte Superior, porquanto rever os elementos que dão suporte à responsabilidade civil e os requisitos para aplicação da inversão do ônus da prova demandaria o reexame do contexto fático-probatório existente nos autos.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1218351/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. 11/12/2018, DJe 19/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. AÇÃO SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AFASTAMENTO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte de Justiça, a inversão do ônus da prova é realizada a critério do juiz mediante a verificação da verossimilhança das alegações da parte, de sua hipossuficiência ou da maior facilidade na obtenção da prova, requisitos cuja apreciação implica análise do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1272703/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, j. 27/11/2018, DJe 7/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL DE 1973. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ALEGAÇÃO DE CONTRARIEDADE AO ART. 535 DO CPC. NÃO DEMONSTRADA. CONSOANTE O ENTENDIMENTO FIRMADO NA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE, OS EFEITOS DA REVELIA NÃO SE OPERAM DE MANEIRA

AUTOMÁTICA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CRITÉRIO DO JUIZ. PRETENSÃO DE REVISÃO. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO 7/STJ. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÕES ANTERIORES LEGÍTIMAS. REAPRECIÇÃO DO PONTO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DOS ÓBICES DAS SUMULAS 7 E 385/STJ. INDENIZAÇÃO NÃO COMPROVADA. RAZÕES DISSOCIADAS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. EXCLUSÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. REEXAME DE PROVAS. DESCABIMENTO ANTE O TEOR DA SÚMULA 7/STJ. RECURSO DESPROVIDO.

(AgInt no REsp 1597195/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Terceira Turma, j. 21/8/2018, DJe 31/8/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. ENTENDIMENTO ESTADUAL NO SENTIDO DA AUSÊNCIA DE REQUISITOS ENSEJADORES DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. CONCLUSÃO FUNDADA NA APRECIÇÃO FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de que a inversão do ônus da prova fica a critério do juiz, conforme apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor e de sua hipossuficiência, conceitos intrinsecamente ligados ao conjunto fático-probatório dos autos delineado nas instâncias ordinárias, cujo reexame é vedado em especial, em função da aplicação da Súmula 7 do STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1196902/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 22/03/2018, DJe 4/4/2018)

Nessas condições, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso especial.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

